



ARQUIVAR MEMÓRIAS, LEGAR HISTÓRIAS: O ACERVO DE JORNAIS ESCOLARES NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC)

Cristiani Bereta da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil
cristianibereta@gmail.com

Reginaldo Paulo Giassi
Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil
reginaldo.giassi@gmail.com

RESUMO

Este artigo trata do contexto de produção de jornais escolares entre as décadas de 1930 e 1950, destacando a importância do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc) para sua salvaguarda. Em Santa Catarina, a partir da década de 1930, jornais - juntamente com outras associações auxiliares - passaram a ser prescritos às escolas pelo Departamento de Educação. Mais do que uma proposta de renovação pedagógica, denominada moderna e voltada ao preparo dos estudantes para questões práticas, os jornais escolares tornaram-se, especialmente no Estado Novo (1937-1945), instrumentos de nacionalização. A elaboração dos jornais era normatizada e controlada por circulares, decretos e visitas de inspetores escolares. Havia, ainda, a obrigatoriedade de que, pelo menos, um exemplar de cada jornal produzido fosse enviado ao Departamento de Educação, para registro e arquivo. É provável que as políticas autoritárias do período tenham contribuído para que milhares de exemplares de jornais de escolas catarinenses pudessem sobreviver às intempéries do tempo, guardados e preservados no Apesc. Dos 1.385 jornais inventariados na pesquisa *Jornais escolares como culturas de memória (1895-1975)*, desenvolvida por integrantes do grupo de pesquisa *Ensino de História, Memória e Culturas* (CNPq/Udesc), 1.368 títulos e cerca de 29,8 mil exemplares encontram-se no Apesc. Eles estão organizados em 207 códices, que fazem parte do fundo *Escolas/Grupos Escolares*. É possível que esse Arquivo guarde e preserve a maior quantidade de jornais escolares, no Brasil, talvez até da América Latina, contribuindo para que parte significativa do patrimônio histórico-educativo nacional possa ser conhecido e legado às gerações futuras.

Palavras-chave: Jornais escolares. Arquivos Públicos. Santa Catarina, Brasil. Patrimônio histórico-educativo.

ARCHIVAR MEMORIAS, LEGAR HISTORIAS: EL ACERVO DE PERIÓDICOS ESCOLARES EN EL ARCHIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC)

RESUMEN

Este artículo aborda el contexto de producción de los periódicos escolares entre las décadas de 1930 y 1950, destacando la importancia del Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc) para su salvaguarda. En el Estado de Santa Catarina, a partir de la década de 1930, periódicos —junto con otras asociaciones auxiliares— pasaron a ser prescritos a las escuelas por el Departamento de Educación. Más que una propuesta de renovación pedagógica denominada moderna, orientada a preparar a los estudiantes para cuestiones prácticas, los periódicos se convirtieron, especialmente durante el Estado Novo (1937-1945), en dispositivos



de nacionalización. Circulares, decretos y visitas de inspectores escolares normatizaban y controlaban su elaboración. Existía, además, la obligatoriedad de que las escuelas enviaran al menos un ejemplar de cada periódico producido al Departamento de Educación, para su registro y archivo. Es probable que las políticas autoritarias del período hayan contribuido a que miles de ejemplares de periódicos de escuelas catarinenses sobrevivieran a las inclemencias del tiempo, resguardados y preservados en el Apesc. De los 1.385 periódicos inventariados en la investigación *Jornais escolares como culturas de memória (1895-1975)*, desarrollada por integrantes del grupo de investigación *Ensino de História, Memória e Culturas (CNPq/Udesc)*, 1.368 títulos y cerca de 29.800 ejemplares se encuentran en el Apesc, organizados en 207 códigos que forman parte del fondo *Escolas/Grupos Escolares*. Es posible que este archivo conserve y preserve la mayor cantidad de periódicos escolares de Brasil, y tal vez incluso de América Latina, contribuyendo a que una parte significativa del patrimonio histórico-educativo nacional pueda ser conocido y legado a las generaciones futuras.

Palabras clave: Periódicos escolares. Archivos Públicos. Santa Catarina, Brasil. Patrimonio histórico-educativo.

ARCHIVING MEMORIES, BEQUEATHING HISTORIES: THE SCHOOL NEWSPAPERS AT THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC)

ABSTRACT

This article examines the context of the production of school newspapers from Santa Catarina between the 1930s and 1950s, highlighting the importance of the *Arquivo Público do Estado de Santa Catarina* (Apesc) in safeguarding them. In Santa Catarina, starting in the 1930s, school newspapers - along with other auxiliary associations - were made mandatory for schools by the Department of Education. More than a so-called modern pedagogical renewal proposal aimed at preparing students for practical matters, school newspapers became, especially during the Estado Novo (1937–1945), instruments of nationalization. Circulars, decrees, and visits by school inspectors standardized and controlled their production. Schools were also required to send at least one copy of each newspaper produced to the Department of Education for registration and archiving. It is reasonable to assume that the authoritarian policies of the period contributed to the fact that thousands of copies of Santa Catarina school newspapers survived the ravages of time, stored and preserved at Apesc. Of the 1,385 newspapers inventoried in the research *Jornais escolares como culturas de memória (1895-1975)*, conducted by members of the *Ensino de História, Memória e Culturas* research group (CNPq/Udesc), 1,368 titles and approximately 29,800 copies are at Apesc, organized into 207 codices that are part of the *Escolas/Grupos Escolares* fonds. This archive likely holds and preserves the largest number of school newspapers in Brazil, perhaps even in Latin America, contributing to ensuring that a significant part of the country's historical and educational heritage is known and passed on to future generations.

Keywords: School newspapers. Public Archives. Santa Catarina, Brazil. Historical-educational heritage.

ARCHIVER DES MÉMOIRES, TRANSMETTRE DES HISTOIRES: LE FONDS DE JOURNAUX SCOLAIRES AUX ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC)



RÉSUMÉ

Cet article analyse le contexte de production des journaux scolaires à Santa Catarina entre les années 1930 et 1950, en soulignant l'importance de *l'Arquivo Público do Estado de Santa Catarina* (Apesc) dans leur sauvegarde. À partir des années 1930, les journaux – aux côtés d'autres associations auxiliaires – furent prescrits aux établissements par le Département de l'Éducation. Plus qu'une proposition de rénovation pédagogique dite moderne, visant à préparer les élèves à des questions pratiques, ces journaux devinrent, surtout durant l'Estado Novo (1937-1945), des instruments de nationalisation. Circulaires, décrets et visites d'inspecteurs scolaires normaient et contrôlaient leur élaboration. Les écoles étaient tenues d'envoyer au moins un exemplaire de chaque journal produit au Département de l'Éducation, afin d'assurer leur enregistrement et leur archivage. Il est probable que les politiques autoritaires de l'époque aient contribué à la préservation de milliers d'exemplaires de journaux scolaires, aujourd'hui conservés à l'Apesc. Parmi les 1 385 journaux inventoriés dans la recherche *Jornais escolares como culturas de memória (1895-1975)*, développée par le groupe de recherche *Ensino de História, Memória e Culturas* (CNPq/Udesc), 1.368 titres et environ 29.800 exemplaires se trouvent à l'Apesc, organisés en 207 codex intégrés au fonds *Escolas/Grupos Escolares*. Cet archive constitue probablement la plus vaste collection de journaux scolaires au Brésil, voire en Amérique latine, et contribue à ce que ce patrimoine historico-éducatif significatif puisse être connu et transmis aux générations futures.

Mots-clés: Journaux scolaires. Archives Publiques. Santa Catarina, Brésil. Patrimoine historique-éducatif.

INTRODUÇÃO

A imprensa estudantil - também chamada de imprensa escolar ou de jornais escolares - constitui uma das expressões mais significativas da cultura escolar moderna. Surgida no século XIX, ela acompanha a expansão da imprensa e da instrução pública, articulando-se a projetos de formação cívica e à consolidação dos Estados-nação (Racine, 2020; Chiosso, 2019). No Brasil, como observam Laís Martineli e Maria Cristina Machado (2021), seus primeiros exemplares datam de 1845 e se tornam mais frequentes a partir da década de 1870. Entre as experiências pioneiras destacam-se *O Porvir*, de Sergipe (1874) (Rodrigues, 2016), *A Mocidade Piauiense*, do Piauí (1884) (Lima, 2020), e *O Estudante*, de Santa Catarina (1895) (Silva et al., 2023). São iniciativas que evidenciam a inserção dos estudantes na cultura escrita e o lugar da escola como espaço de sociabilidade.

A partir da década de 1920, os jornais escolares passam a integrar práticas de renovação pedagógica nas instituições de ensino brasileiras. Esse movimento se intensifica na década de 1930, período em que se observa uma aproximação com o método de Célestin Freinet (1974), que valorizava a produção de textos livres e o uso de jornais como técnica ativa no processo educativo. A circulação dessas ideias é evidenciada por referências ao “método Freinet” já



presentes na imprensa desde 1931, como em artigo publicado no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro (O Problema, 1931, p. 7), além de menção na obra *Jornais Escolares*, de Guerino Casasanta (1939). Entre as décadas de 1930 e 1950, a produção desses periódicos se multiplica em diversos Estados, especialmente nas escolas primárias, que passam a adotar princípios do movimento Escola Nova. Essa tendência estabelece afinidades com as propostas de Freinet, incluindo experiências em Santa Catarina (Martins; Rabelo, 2020).

No contexto catarinense, os registros mais antigos de jornais escolares remontam ao final do século XIX, acompanhando o movimento observado nacionalmente. Em Florianópolis encontram-se exemplares de *O Estudante*¹, de 1895 (manuscrito) e de 1898 (impresso), ambos do Ginásio Catarinense². Já no Colégio Itajaí, subvencionado pelo município, tem-se o *Boletim Escolar* (impresso), de 1905. Do Colégio Municipal de Joinville – que, a partir de 1911, passou a se chamar Grupo Escolar Conselheiro Mafra –, há o registro de *O Escolar*³, de 1907 (também impresso), assinado por estudantes do 4º ano misto. Embora essas iniciativas indiquem circulação de práticas de escrita, a produção de jornais escolares como prática pedagógica sistematizada só ganharia força no Estado a partir da década de 1930.

É importante notar que esse conjunto de documentos não corresponde ao que Freinet (1974) definiu como “textos livres”. Nos jornais produzidos entre o final do século XIX e a década de 1920, a participação estudantil era restrita a colaborações pontuais, enquanto a concepção e a edição permaneciam sob responsabilidade do diretor ou de um professor da escola. Ainda assim, esses impressos indicam tentativas de aproximação com princípios da pedagogia moderna. *O Escolar*, do Liceu Infantil de Canoinhas, por exemplo, associava o “ensino intuitivo” a práticas de renovação pedagógica já em 1919. A partir de 1935, quando os jornais escolares – junto às demais associações auxiliares⁴ – passaram a ser prescritos às escolas

¹Todos os jornais escolares mencionados neste artigo constam em um catálogo preliminar (Silva *et al*, 2023) disponível *online*. Com recursos da Fapesc, está em desenvolvimento um Portal que reunirá um catálogo interativo e outros materiais sobre os jornais inventariados, com lançamento previsto para 2026.

²Instituição fundada pelo poder público estadual, em 1892 (sendo refundada em 1894). A iniciativa fracassou e, em 1905, ela foi fechada. Em seu lugar, surgiu o Ginásio Santa Catarina – hoje Colégio Catarinense – fruto de uma parceria entre o governo catarinense e o alto clero católico, que delegou o ensino secundário da capital à Companhia de Jesus.

³Esses jornais são do acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Digitalizados, em parceria com o Instituto de Investigação e Documentação em Ciências Humanas (IDCH/Faed/Udesc), estão disponíveis para consulta e *download* na Hemeroteca Digital Catarinense: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/>.

⁴Clubes agrícolas e jornais escolares já eram mencionados na imprensa local em 1935, associados às iniciativas da Sociedade Amigos de Alberto Torres. A *Revista de Educação*, voltada ao professorado catarinense e publicada entre 1936 e 1937, traz diversas referências a clubes agrícolas e jornais escolares, então chamados de associações periescolares, auxiliares ou complementares à escola. A partir de 1937, outras práticas passaram a integrar esse conjunto, como Biblioteca, Clube de Leitura, Liga da Bondade, Liga Pró-Língua Nacional, Museu Escolar, Pelotão de Saúde e Orfeão. Essas associações, prescritas às escolas primárias públicas e particulares, tinham como objetivo envolver coletivamente os estudantes em atividades concretas, consideradas preparatórias para a



públicas e particulares, sua função foi explicitamente vinculada ao propósito de “modernizar o ensino catarinense”. Essa política, que também dialogava com o projeto de nacionalização em curso desde o final do século XIX e recrudescido durante o Estado Novo (1937-1945), conferiu aos jornais uma dupla missão: atuar como instrumento de uma educação considerada moderna e, simultaneamente, promover a formação cívico-patriótica.

Desde 2019, a pesquisa *Jornais escolares como culturas de memória*⁵ vem localizando e inventariando jornais de escolas primárias e secundárias catarinenses produzidos entre o final do século XIX e a década de 1970. Pela amplitude do material reunido, o projeto foi organizado em duas etapas complementares. A primeira dedica-se à localização e ao inventário de jornais escolares preservados em bibliotecas e arquivos públicos e particulares do Estado, com o objetivo de elaborar e disponibilizar um catálogo dos títulos identificados. A segunda concentra-se na sistematização do conjunto, privilegiando as séries mais longas - cinco anos ou mais, sem grandes interrupções - para a construção de sequências diacrônicas e sincrônicas que permitam análises mais aprofundadas.

Na etapa de localização, foram catalogados todos os jornais de escolas primárias e secundárias identificados como produção de estudantes, mesmo quando elaborados sob mediação ou controle docente. Foram excluídos do inventário os periódicos ligados a faculdades, cursos profissionais (exceto Escolas Normais) e os de caráter exclusivamente literário ou religioso. O levantamento inicial levou à ampliação do recorte cronológico: de 1930-1960 para 1890-1970. O recuo para 1890 ocorreu devido à identificação de exemplares mais antigos, o que permitiu novas análises sobre a continuidade dessas práticas ao longo do século XX. O limite superior, fixado em 1970, justifica-se pela longevidade de alguns jornais iniciados nas décadas de 1940 ou 1950. Um caso emblemático é *O Estudante Orleanense*, do Grupo Escolar Costa Carneiro, de Orleans, com exemplares de 1941 a 1973, totalizando 32

vida adulta. Cabia aos alunos assumir as tarefas necessárias ao funcionamento de cada associação dentro da escola, sempre sob orientação de um docente.

⁵ Sob a coordenação da Profa. Cristiani Bereta da Silva, o projeto é desenvolvido por docentes e por estudantes da graduação e da pós-graduação em História (PPGH) e em Ensino de História (ProfHistória) da Udesc, integrantes do grupo de pesquisa Ensino de História, Memória e Culturas, vinculado ao Laboratório de Ensino de História (Leh/Udesc). Já participaram como bolsistas de Iniciação Científica (IC) os então estudantes dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História: Carlos Henrique Gesser, Eduardo Mafei Estácio Dutra, Enzo Goulart Costa Grando, Iasmim Eger Sasso, Pedro Henrique Del Castanhel e Ryan Venera Martins. A partir de 2025, foram integradas como bolsistas de IC as estudantes Angélica Macedo, Lívia Ferreira Correia e Maria Fernanda do Nascimento Gomes. Participa diretamente do projeto Karla Andreza Vieira, em estágio pós-doutoral no ProfHistória. Compõem ainda a equipe os doutorandos do PPGH Reginaldo Paulo Giassi, Malcon Tonini e Fábio Will; os mestrandos do ProfHistória Ariane Cristina Batista e Adalberto Schalinski; e Alessandra Kuster, mestranda do PPGH. Colaboram também a Profa. Luciana Rossato (Udesc) e Anne Caroline Peixer Abreu Neves (Sed/Furb). A pesquisa é financiada pelo CNPq, por meio de bolsas, e pela Fapesc, tanto em apoio à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc quanto por meio do Edital de Chamada Pública Universal nº 21/2024.



anos de circulação contínua e mais de 70 números disponíveis para pesquisa. Há também situações posteriores que merecem destaque, como *O Girafinha* (1975–1988), da Escola Nossa Senhora da Salete, em Maravilha, preservado na biblioteca da instituição. Embora produzido a partir de 1975, o jornal mantém características editoriais muito próximas às prescritas pelo Departamento de Educação décadas antes, evidenciando a persistência dessas iniciativas mesmo após o fim das prescrições e controles estatais.

A elaboração inicial do projeto baseou-se nas referências a jornais escolares encontradas em relatórios de inspeção e de governo catarinense das décadas de 1930 e 1940. Esses documentos registravam cerca de 500 títulos, em sua maioria vinculados ao ensino primário, escolas isoladas, reunidas, grupos escolares e cursos complementares. Essa predominância reforçava a revisão bibliográfica realizada naquele momento, que já apontava maior volume de jornais do Primário em relação ao Secundário. Isso se explicava não apenas pela quantidade superior de instituições primárias, mas também pelo fato de que as políticas voltadas às associações auxiliares não tinham o ensino secundário como alvo principal. Apesar disso, os jornais do Primário mostravam-se mais difíceis de localizar, pois raramente apresentavam séries preservadas, ao contrário dos do Secundário, que tendiam a formar conjuntos mais contínuos e acessíveis. Bastos (2015, p. 28) observou que grande parte desses impressos primários, no Brasil, encontrava-se misturada a relatórios, em acervos onde era “difícil localizar coleções completas, somente alguns exemplares”, o que tornava impossível “rastrear seu ciclo de vida e de produção”.

As idas aos arquivos mostraram que, em Santa Catarina, o cenário difere ao de outros Estados brasileiros. A começar pelos números: até 2025, foram identificados 1.385 títulos e cerca de 29.950 exemplares. Soma-se a isso a natureza do conjunto preservado. A maioria dos jornais pertence a escolas primárias, enquanto apenas 2% estão ligados ao ensino secundário. Também são as escolas primárias que concentram as séries mais longas, muitas delas com mais de cinco anos de publicação. Esse volume expressivo de documentos tornou o andamento do projeto lento e exigente. Foram muitas horas dedicadas às visitas aos arquivos, à identificação de novos títulos ou números, à descrição de características e à organização do acervo. Quase todos os jornais não digitalizados, cerca de 99%, precisaram ser fotografados. Depois disso, as informações foram sistematizadas em planilhas e distribuídas em centenas de pastas e subpastas, agora armazenadas em computadores, HDs externos ou *nuvens*.

A maior parte desse material (99%) foi localizada no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc), integrando o fundo “Escolas/Grupos Escolares”. Nesse conjunto, além dos jornais, encontram-se relatórios de inspeção, atas de reuniões pedagógicas, registros das



associações auxiliares, cartas, ofícios, programas de festas cívicas e outros documentos produzidos por escolas públicas e particulares de diferentes regiões do Estado. A Gerência de Recuperação Documental do Apesc⁶ não possui registro formal do recebimento desse acervo, mas é provável que ele tenha sido incorporado quando o Arquivo foi criado. A Lei nº 2.378, de 28 de junho de 1960, instituiu o Arquivo, então vinculado à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, pasta que, até 1952, acumulava também as áreas de educação e saúde. No entanto, a história do Apesc antecede esse marco legal. Desde o final do século XIX, a documentação pública estava sob responsabilidade da Secretaria do Interior e Justiça, órgão ao qual o Departamento de Instrução Pública (extinto em 1935, com a criação do Departamento de Educação) era administrativamente subordinado. Já em 1918, documentos considerados relevantes à memória do Estado eram reunidos no Palácio do Governo, sede dessa Secretaria. Esse acervo permaneceu ali até 1971, quando o Apesc mudou de endereço pela primeira vez. Essa antiga vinculação administrativa e espacial com a instrução pública contribui para explicar a presença, hoje, de milhares de documentos escolares sob a guarda do Arquivo.

O valor histórico desse acervo ultrapassa o plano descritivo, pois ele permite compreender a memória sob diferentes planos que entrecruzam dimensões históricas, políticas e simbólicas (Silva, 2025). Assume-se que a inteligibilidade desses jornais, como memórias arquivadas (Ricoeur, 2007), é inseparável da história do Apesc. A compreensão desse processo deve considerar que sua criação e consolidação, como instância técnica de armazenamento e salvaguarda, passam pelas finalidades e expectativas em relação a memória catarinense que se queria legar ao futuro. Mais do que um repositório de documentos, o Apesc representa um espaço de disputas em torno da memória coletiva e da legitimidade de determinadas narrativas, hegemônicas ou silenciadas, sobre o passado.

Paul Ricoeur (2007), usa o mito de Fedro⁷ para refletir sobre as relações entre memória e história na primeira parte da operação historiográfica, denominada por ele de fase documental, ou memória arquivada. Na etapa do arquivo, ocorreria, segundo ele, uma mudança no estatuto do testemunho, ele passaria de memória viva à escrita, sua sedimentação, e se transformaria em memória arquivada. O poder de arquivar implica escolher sobre o que lembrar e o que esquecer. É sobre esse processo que Ricoeur (2007, p. 178) instiga reflexões, apontando que talvez “não

⁶ Registra-se aqui um agradecimento público à equipe do Apesc, pela atenção dedicada às demandas apresentadas pelo projeto. Como representante desse grupo, destacamos a Profa. Me. Juçara Nair Wolff, gerente de arquivo permanente, cuja parceria tem sido fundamental para o andamento da pesquisa.

⁷ *Fedro*, de Platão, é um texto filosófico, em forma de diálogo, escrito por volta de 370 a. C.



saibamos jamais, se a passagem do testemunho oral ao escrito, ao documento de arquivo, é, quanto à sua utilidade ou inconvenientes para a memória viva, remédio ou veneno”.

Sob algumas circunstâncias, a mutação aqui tratada - práticas escolares selecionadas para serem narradas em jornais até seu arquivo, no Apesc - poderia ser lida como “remédio” para a memória coletiva. Interpretação assentada, sobretudo, na relevância do patrimônio histórico-educativo salvaguardado, marcado historicamente pela excepcionalidade da sua preservação. Vestígios do passado da educação no Brasil, especialmente documentos do cotidiano escolar, como mapas, diários, cadernos, livros, jornais etc., muitas vezes desaparecem “destruídos pela ação do tempo e do abandono em espaços esquecidos como porões, almoxarifados, sótãos, galpões etc. em diferentes instituições e regiões do país” (Silva, 2020, p. 209). Em razão disso, pesquisadores brasileiros⁸ vêm chamando a atenção sobre o fato de que a preservação do patrimônio educativo no Brasil exige deslocamentos de racionalidades e ações objetivas de entidades, agências de financiamento e políticas públicas.

Compreende-se que esses documentos possuem características específicas: são vestígios tanto da cultura material da escola, o jornal físico, quanto imaterial, pois como culturas de memória eles descrevem práticas e experiências de tempos passados. O uso do termo “patrimônio histórico-educativo”, e não apenas histórico ou educativo, é uma escolha política que busca enfatizar simultaneamente as dimensões históricas e educativas desse patrimônio, especialmente suas especificidades como “restos” de escolas, ou seja, vestígios de materialidades com memórias, segundo Agustin Escolano Benito (2017). Há, assim, um compromisso em assumir que “a memória, definitivamente, é um componente estruturador de toda a cultura da escola” (Escolano Benito, 2017, p. 185) e que deve ser preservada como legado. Ao mesmo tempo, essa perspectiva não impede, ao contrário, exige, que tanto as práticas que possibilitaram sua preservação quanto sua própria materialidade, objetiva e subjetiva, sejam analisadas e interpretadas criticamente pelos historiadores.

UM ARQUIVO E SEUS JORNAIS ESCOLARES: UMA HISTÓRIA DE MEMÓRIAS ARQUIVADAS

Temos, conforme já narrei, 157 jornais escolares, 44 clubes agrícolas, mais de 100 bibliotecas, muitos museus em perspectiva, caixas escolares em todos os grupos escolares e algumas escolas rurais, enfim, uma porção de organizações

⁸ Ver, por exemplo, o documento intitulado “Carta de Natal” (2024), elaborado por pesquisadores da área de História da Educação integrantes do Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Educativo (SBHE, Anped, Asphe), que estabelece princípios e objetivos para a identificação, preservação e valorização do patrimônio educativo brasileiro.



escolares que vem, não só dar novas diretrizes aos trabalhos, como contribuir para a melhor aparelhagem da nova geração. É pena que ainda não possamos contar com o auxílio desse Ministério para maior vulto desse trabalho de tão elevado alcance na educação de uma infância que se prepara para ser o homem que a Pátria requer. (Areão, 1937, p. 3-4)⁹.

Entre as décadas de 1930 e 1940, com reverberações nos anos 1950, a cultura escolar catarinense foi marcada por práticas pedagógicas voltadas à modernização e à nacionalização, reforçadas pelo projeto de Estado Novo. Ideais de “novo” e “moderno”, mobilizados em discursos políticos e intelectuais, estruturaram intervenções diretas na escola e nos sujeitos da educação. As associações auxiliares desempenhavam papel central nesse processo (Otto, 2012). Funcionavam como pequenas organizações dentro das escolas, destinadas a promover experiências concretas de vida adulta, oportunizando que as crianças exercitassem cooperação enquanto aprendiam formas de servir à Nação.

Pode-se afirmar que Santa Catarina foi um solo fértil para a implementação de tais práticas, não apenas pelas ideias de renovação pedagógica que lhes eram inerentes, mas porque poderiam operar como dispositivos da nacionalização. Por meio das escolas se alcançavam também as famílias e, a dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, eram o principal alvo. Nas primeiras décadas do século XX, discursos de políticos e intelectuais punham em dúvida a brasilidade do Estado, em meio a acusações de que convivia com o “perigo alemão” (Campos, 2004; Falcão, 2004). A presença significativa de descendentes de europeus, aliada à persistência de línguas estrangeiras nas zonas coloniais até a década de 1930, exigiam um aparato mais eficaz de intervenção e controle por parte do governo (Silva, 2014).

Era preciso ensinar as crianças catarinenses “a serem brasileiras” e construir uma “cultura de brasilidade” no Estado. Esse contexto contribuiu para que as referências às associações auxiliares – e, principalmente aos jornais escolares – se tornassem constantes e progressivas nos documentos oficiais do Departamento de Educação, como circulares e decretos, emitidos entre 1937 e 1945. Inspectores de ensino recebiam instruções para observar a existência e o bom funcionamento dessas associações, enquanto diretores e professores eram estimulados a criá-las e promovê-las nas escolas.

O relatório de João dos Santos Areão, inspetor federal das escolas subvencionadas no Estado, datado de 10 de abril, de 1937, cujo excerto está no início desta discussão, é um exemplo disso. Fiscalizava-se sua existência, apontava-se sobre seu funcionamento e finalidade: cumprir

⁹ Com o objetivo de facilitar a leitura e garantir a acessibilidade dos textos históricos, todos os documentos citados tiveram sua grafia adaptada às normas ortográficas vigentes da Língua Portuguesa. Essa atualização foi realizada sem qualquer alteração no conteúdo ou no sentido original dos documentos.



a missão de educar para o futuro da Pátria. No relatório citado, Areão (1937, p. 2) chama a atenção para o desafio, em particular, que se apresentava naquele momento: “Sobre os ombros do seu dirigente está uma das mais difíceis tarefas - nacionalizar. Tudo que os governos empregassem para esse fim não será demasiado, pois temos diante dos olhos um campo vastíssimo de combate”. Educar, nacionalizar, civilizar são termos que aparecem quase como correlatos da “escola ativa”, moderna, que se pretendia implantar entre o professorado catarinense.

Da descrição sobre as conquistas pedagógicas, destaca-se a quantidade de títulos de jornais existentes nas escolas catarinenses: 157. Em 1941, o relatório de Nereu Ramos (1942), apresentado à Presidência da República, informa que esse conjunto já alcançava 432 títulos, número que continuaria a crescer nos anos seguintes. Os jornais ganharam destaque como instrumento de nacionalização, pois eram espaços de textos escritos em língua vernácula e de descrições de variadas práticas de culto à pátria e aos seus dirigentes. Cabia-lhes também divulgar as atividades das demais associações auxiliares que funcionavam nas escolas (**Figura 1 e 2**):

Figura 1: A *Abelha*, Escola Isolada de Lagoa do Sul, Canoinhas.



Fonte: A ABELHA (abr. 1941). Fotografia da Equipe do Projeto, 22 de maio 2023. Acervo: Apesc.

Figura 2: *Nosso Jornal*, Grupo Escolar Pedro II, Blumenau.



Fonte: NOSSO JORNAL (ago. 1949). Fotografia da Equipe do Projeto, 13 de maio 2024. Acervo: Apesc.



Documentos como circulares, atas e relatórios informam que, quando manuscritos, cada escola deveria elaborar ao menos três cópias de cada edição: duas para a própria instituição - uma destinada ao arquivo, outra à circulação entre os estudantes e a comunidade - e uma terceira para envio, junto da correspondência oficial, ao Departamento de Educação. No caso dos impressos, não havia indicação de tiragem mínima¹⁰, mas as orientações eram idênticas quanto à necessidade de circulação, de preservação de um exemplar na escola e de remessa ao Departamento. Na capital, cada jornal recebia um carimbo na capa ou em uma de suas páginas, indicando a data da conferência, além de um “visto”, representado por um “C” ou um “L” em cores vermelha ou azul. As Figuras 1 e 2 exemplificam os principais formatos dos jornais preservados no Apesc: manuscritos em folhas de papel almaço (os mais comuns) e impressos em formato tabloide, com carimbo e vistos.

A força do aparato administrativo estatal conseguiu estabelecer uma eficaz rede de controle sobre a escola, deixando marcas duradouras sobre seu funcionamento e suas práticas. Indicativo disso é que algumas associações ultrapassaram a década de 1950, mesmo após o final das fiscalizações e obrigatoriedades impostos pelo Estado. Os jornais figuram entre aquelas com a vida mais longa. Há exemplares deles, redigidos no mesmo modelo prescrito nas décadas de 1930 e 1940, até a década de 1970 (Cunha; Silva, 2020, Silva; Vieira, 2024). Documentos mostram que eles eram percebidos naquele passado como uma memória a ser legada ao futuro, talvez aí resida a chave para sua existência e, principalmente, sua preservação:

O jornal representa uma coleção de trabalhos que se concentra em um só todo, e assim, para, no futuro, poderem os novos alunos conhecer as realizações do passado [...]. Servirá ainda para gravar certos pormenores íntimos da vida local que, mais tarde, servirão como elemento valioso de consulta, quando tivermos de escrever a história da região. (Santa Catarina, 1945, p. 130).

Esses impressos configuravam, portanto, uma memória a serviço de uma identidade e de uma ideia de nação. Eram uma forma de controlar o passado orientado ao futuro. Paul Ricoeur (2007, p. 455) reflete sobre a manipulação da memória coletiva e do esquecimento por “detentores de poder” e aponta que a problemática da memória cruza a da identidade, “a ponto de com ela se confundir”. A fragilidade da identidade constitui a da memória. Seria a difícil relação da identidade “proclamada e reclamada” com o tempo que justificaria o recurso à memória, como componente temporal, “juntamente com a avaliação do presente e a projeção

¹⁰ *Meu Torrão* (Jaraguá do Sul) e *A Criança Brasileira* (Florianópolis), por exemplo, chegaram a ter tiragens superiores a 500 exemplares. Esses jornais eram vendidos à comunidade e também distribuídos para outras escolas e órgãos públicos.



do futuro” (Ricoeur, 2007, p. 94). Isso porque não existiria “nação”, “comunidade”, sem a construção de identidades coletivas; são elas que estruturam os vínculos de pertencimento. Por outro lado, sua construção como “coletiva”, impõe recursos à memória como imposições, seleções e esquecimentos.

Essa dimensão do controle do passado orientado ao futuro, certamente está entre as razões que levaram à reunião de milhares de exemplares de jornais escolares pela administração pública estadual. Décadas mais tarde, esse gesto burocrático, originalmente voltado ao controle e à fiscalização, mostrou-se decisivo para que parte significativa desses documentos fosse preservada. No Apesc estão 207 códices que reúnem 1.368 títulos de jornais escolares, cerca de 29.800 exemplares, elaborados entre 1941 e 1953. Esses códices foram organizados em volumes encadernados em capa dura, numerados e divididos por escolas, municípios ou anos, o que preservou não apenas a materialidade dos jornais, mas também parte de sua ordem administrativa original. Tal característica confere ao conjunto um valor documental raro, que conjuga simultaneamente dimensões pedagógicas, políticas e arquivísticas (**Figura 3 e 4**):

Figura 3: Estante de códices de jornais, APESC



Fonte: Fotografia de Juçara Nair Wolff, 10 out. 2025.

Figura 4: Códice de jornais, APESC



Fonte: Fotografia de Juçara Nair Wolff, 10 out. 2025.

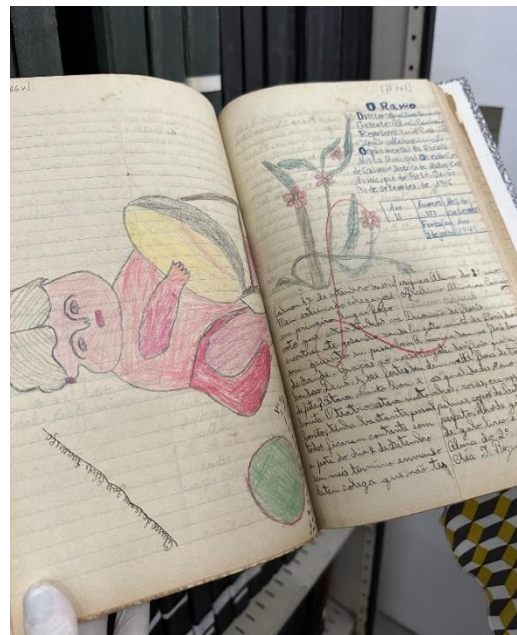


Figura 5: Códice, com exemplo de jornal manuscrito em folha pautada, A5, APESC



Fonte: Fotografia de Juçara Nair Wolff, 10 out. 2025.

Figura 6: Códice, com exemplo de jornal manuscrito em folha de papel almaço, A4, APESC



Fonte: Fotografia de Juçara Nair Wolff, 10 out. 2025.

Os exemplares apresentam grande diversidade em suas características materiais: há jornais manuscritos, datilografados e impressos, com apenas duas páginas ou com dezenas delas. Quando manuscritos, seus suportes mais comuns são folhas de papel almaço, seguidas das de ofício e, em menor medida, das de cadernos pequenos. Em geral, seus tamanhos acompanham as dimensões desses suportes: papel almaço, A4 e A5. Quando impressos, utilizam papel jornal, com pequenas variações de tamanho, mas ainda dentro do formato considerado tabloide. Essa heterogeneidade indica a pluralidade de experiências escolares e condições de produção - desde pequenas escolas isoladas de zonas coloniais, rurais, distantes dos centros urbanos, até grupos escolares da capital. Alguns títulos, como *A Criança Brasileira* (Florianópolis, 1942-1962), *O Estudante Orleanense* (Orleans, 1941-1973), *Meu Torrão* (Jaraguá do Sul, 1939-1951), pela regularidade e longevidade demonstram o impacto das políticas educacionais estado-novistas na cultura escolar.

O arquivo “constitui uma ruptura em um trajeto de continuidade”, afirma Ricoeur (2007, 176). O testemunho é uma sequência narrativa, em que o tempo ocupa função de sentido, e a memória e esquecimento, níveis intermediários. Rastros afetivos, cognitivos do passado, essas histórias narradas são coletadas, organizadas e classificadas pelo arquivo, passando então a rastros documentais. O arquivo, é, assim, definido como “um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro [...] o rastro documental” (Ricoeur, 2007, p. 177). No caso catarinense, a atenção do governo aos rastros documentais remonta ao início do regime republicano, quando



se buscava constituir um repositório capaz de reunir e dar forma à memória administrativa e política do Estado.

A trajetória institucional do Apesc foi marcada por descontinuidades e disputas até sua consolidação administrativa e política, nas décadas de 1960 e 1970. As primeiras iniciativas de organização e gestão documental no Estado aparecem no final do século XIX, com a Lei n.º 328, de 23 de setembro de 1898, assinada pelo governador Hercílio Pedro da Luz. Essa legislação, que estabeleceu as bases para a estruturação da administração pública estadual, criou a Secretaria de Obras Públicas e Finanças e a Secretaria do Interior e Justiça (Santa Catarina, 1899). A esta última subordinava-se a Diretoria de Instrução Pública, que ficou responsável pela gestão de arquivos, bibliotecas e museus. Juçara Nair Wolff e Luciano Von Frühauf (2022, p. 79) analisam que “embora tal lei não tenha, em si, instituído o Arquivo Público, ela é um indício de uma preocupação republicana com a preservação da memória histórica da administração pública catarinense”. Tal orientação refletia as demandas de um projeto de nação em formação, que buscava organizar e salvaguardar documentos de relevância histórica e jurídica, capazes de preservar a memória estatal para a posteridade.

José Arthur Boiteux, Secretário do Interior e Justiça entre 1918 a 1922, destacou-se pelo empenho em concretizar a criação de um Arquivo Público em Santa Catarina. Walter Piazza (1990, p. 5), observa que, em seu “afã de desvendar a História Catarinense, numa peregrinação incessante, dentro e fora do Estado Natal, não mediu esforços para realizar o seu intento”. Boiteux foi um intelectual e político influente na vida pública catarinense, republicano desde antes da Proclamação da República e fundador do Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, em 1896. Integrava, assim, um grupo seleto de homens letrados que viveram e atuaram na Primeira República, cujas fronteiras entre os campos intelectual e político eram pouco nítidas.

Ângela de Castro Gomes (2010) argumenta que faltaria consistência teórica e empírica para fazer a distinção entre essas esferas no período. Esses homens letrados, “proeminentes” e detentores de capital cultural, também produziam bens simbólicos e interpretações da vida social, ao mesmo tempo em que ocupavam posições na administração pública. Em Santa Catarina, esse grupo, ligado ao Instituto Histórico e ativo na política estadual, assumiu a tarefa de construir uma “identidade catarinense”. A história e a memória do Estado precisavam ser elaboradas e integradas ao novo projeto de nação. A criação de um arquivo público fazia parte desse processo da institucionalização da memória e de afirmação de uma identidade comum.

Walter Piazza (1990, p. 6-7) lembra que, em 1908, do Rio de Janeiro, José Arthur Boiteux, decidiu “mostrar o seu amor à terra natal” e lançou a revista *Archivo Catharinense* que pretendia promover e divulgar a “Terra e a Gente Catarinense”. Entretanto, ainda segundo este



historiador, sua “grande meta era a preservação documental em Santa Catarina, através da criação de um arquivo público”. Esse projeto o levou a atuar em duas frentes: uma política, ao promover a criação do Arquivo junto às lideranças do Partido Republicano, do qual fazia parte; e outra voltada ao reconhecimento do valor do documento e da arquivística, como se observa, por exemplo, em sua atuação como emissário do governo catarinense na busca, em arquivos portugueses, de documentos que comprovassem os direitos do Estado na questão dos limites com o Paraná¹¹ (Piazza, 1990).

Os esforços produziram resultados e, em 1918, o governador Felipe Schmidt sancionou a Lei n. 1.196, que criou o Arquivo Público do Estado, diretamente subordinado ao Secretário do Interior e Justiça (Santa Catarina, 1918). José Arthur Boiteux concretizava aquilo que Ricoeur (2007) denomina institucionalização da memória: a transformação de lembranças e registros dispersos em memória arquivada. No caso do Arquivo idealizado, tratava-se de uma operação voltada à construção de uma memória pública catarinense. Na prática, porém, o que ocorreu foi “tão somente o acumular de papeis no vetusto Palácio do Governo (à Praça Quinze de Novembro), em sua ala direita, onde funcionava aquela Secretaria de Estado” (Piazza, 1990, p. 6). Sem infraestrutura adequada para organização documental, sua finalidade principal não se realizou. Por isso o Arquivo Público foi, aos poucos, deixando de corresponder ao projeto originalmente imaginado por José Boiteux.

Outra iniciativa tomou forma em 28 de dezembro de 1931, quando o Interventor Federal Ptolomeu de Assis Brasil instituiu o Arquivo Público de Santa Catarina por meio do Decreto n.º 186 (Santa Catarina, 1932). Pouco mais de um ano após essa recomposição, contudo, o Arquivo foi extinto pelo Decreto n.º 349, de 10 de maio de 1933, na gestão do interventor Federal Aristiliano Ramos. A justificativa da decisão era de que as atividades do órgão eram de menor relevância e geravam um ônus para sua viabilidade econômica (Santa Catarina, 1933). O principal problema residia no impacto financeiro sobre os servidores públicos envolvidos. Ao extinguir o Apesc, buscava evitar possíveis conflitos com os Oficiais de Justiça, que poderiam ter seus salários afetados pela manutenção das atividades do Arquivo. Essa escolha revela um contexto de restrições orçamentárias e de necessidade de acomodar diferentes interesses políticos. Embora fundamentada em razões financeiras e operacionais, a medida evidencia que o projeto de preservação documental em Santa Catarina enfrentava resistências que não eram apenas administrativas, mas também políticas.

¹¹Uma das razões da Guerra do Contestado (1912–1916) estava relacionada à definição dos limites territoriais, questão na qual atuaram não apenas José Arthur Boiteux, mas também seu irmão, o Almirante Lucas Alexandre Boiteux.



Entre os apoiadores da decisão de extinguir o Apesc estava o semanário *Camponês*, de Urussanga. Em sua edição de 21 de maio de 1933, o periódico elogiou o “espírito reto e a vontade de bem servir o povo” de Aristiliano Ramos. Alinhado à narrativa oficial daquele momento, que justificava as reformas pela necessidade de austeridade financeira, eficiência administrativa e fortalecimento institucional, o jornal endossava a extinção do Arquivo Público, apresentado como “repartição completamente supérflua e que vinha onerando o Estado com uma despesa anual de perto de cem contos de réis! Continue o Exmo. Coronel Interventor a cortar das tabelas orçamentarias as excrescências parasitárias” (Medidas Sábias, 1933, p. 1).

Pouco mais de duas décadas depois, a existência do Arquivo voltou a ser pautada e, mais uma vez, recebeu duras críticas. Em 7 de dezembro de 1959, em sessão da Assembleia, o deputado Dib Cherem, do Partido Social Democrático (PSD), apresentou parecer detalhado sobre o Projeto de Lei n.º 396/59, que propunha a (re)criação do Arquivo Público. O parecer foi publicado em 11 de dezembro de 1959 no jornal *O Estado*. Nele, o deputado elencava sete razões para considerar a proposta ilegal, inoportuna, inviável e prejudicial à sociedade catarinense, recomendando enfaticamente sua rejeição (Cherem, 1959).

Os debates sobre a criação do Apesc, envolveram argumentos favoráveis e contrários de jornalistas e políticos, o que indica que sua história é marcada por um paradoxo constitutivo: desejo de organizar a memória pública do Estado, representado por José Arthur Boiteux, e resistência em instituí-lo de modo permanente devido a disputas políticas. Reflete-se que o poder arquivístico é também um poder dependente de projetos políticos e de contextos históricos específicos. Observa-se que a proposta de (re)criação de um espaço arquivístico suscitava debates que repercutiam as opiniões da bancada de oposição ao governo. Decorreriam seis meses até que o projeto de lei fosse revisado e submetido à votação na Câmara. O deputado João Estivalet Pires (PSD) declarou ao jornal *O Estado* que a proposta “agora vinha completamente modificada conforme se batera a oposição na sua discussão” (Oposição, 1960, p. 8). Uma vez aprovado, suas diretrizes foram fixadas pela Lei n.º 2.378, de 28 de junho de 1960, sancionada pelo governador Heriberto Hülse. Chama a atenção que a legislação manteve a missão do Apesc, já enunciada no decreto de 1931: preservar, organizar e disponibilizar documentos históricos. Suas funções foram ampliadas para incluir o recebimento, a classificação e a conservação de registros legislativos, administrativos e socioeconômicos.

Entre suas atribuições, destacavam-se a organização, catalogação e restauração de documentos, bem como a encadernação de publicações oficiais, assegurando a integridade do acervo. Embora formalmente acessível ao público, a consulta exigia autorização do Secretário



de Interior e Justiça e o pagamento de taxas previstas no Regimento de Custos¹² estadual. Essa cobrança que visava assegurar sustentabilidade administrativa restringia o acesso de pesquisadores e instituições com recursos limitados. A legislação, contudo, previa isenção dos emolumentos para serventuários da Justiça, evidenciando hierarquias de acesso ao patrimônio documental do Estado (Santa Catarina, 1960).

A implementação deste dispositivo legal representaria um avanço significativo na cooperação entre os órgãos públicos, incentivando a colaboração entre os servidores da Justiça e o Arquivo Público na preservação e divulgação de documentos administrativos. Além de beneficiar essa categoria profissional, a medida proposta pela lei também fortaleceria suas relações institucionais, ao promover a integração e a eficiência na gestão documental. Ao permitir uma assistência mútua, o dispositivo também evitaria repetir conflitos que, no passado, levaram à extinção do Arquivo em 1933, garantindo a continuidade e a segurança na preservação da memória institucional do Estado.

Contudo, se a criação do Arquivo Público não sofreu novos questionamentos públicos, permaneciam em aberto os desafios relacionados à infraestrutura necessária para garantir seu funcionamento efetivo. Janice Gonçalves (2006, p. 165), ao investigar a trajetória dos arquivos e da historiografia em Santa Catarina no século XX, observa que as instalações do Apesc, na década de 1960, eram tão precárias que “faltavam-lhe ainda as condições para abrigar adequadamente os documentos de seu acervo e tratá-los corretamente do ponto de vista técnico, fornecendo aos usuários sala de consulta apropriada, atendimento qualificado e instrumentos de pesquisa”. Mesmo assim, o arquivo era procurado com frequência, como demonstram as trocas de correspondências entre diferentes pesquisadores e o Arquivo (Wolff; Frühauf, 2022). Esse cenário exigia iniciativas concretas para enfrentar - ou ao menos atenuar - os problemas estruturais. Entre as soluções possíveis estavam políticas públicas voltadas à ampliação da infraestrutura e à capacitação de profissionais em arquivística, mas elas só seriam implementadas a partir da década de 1980, “quando o Arquivo deixa de ser abrigado em prédios cedidos temporariamente” (Wolff; Frühauf, 2022, p. 79). Antes disso, reivindicações por um novo espaço e denúncias sobre mudanças de endereço marcaram sua história.

Em 1973, o jornal *O Estado*, na nota intitulada “Blasi quer o arquivo num bom lugar”, registrou que o Secretário da Administração, Paulo Blasi, estava empenhado em assegurar uma localização apropriada e definitiva ao Arquivo. A reportagem descrevia o Apesc como um

¹² Lei nº 1.634 de 20 de dezembro de 1956. Essa lei dispõe sobre a atualização das custas e dos emolumentos devidos aos Serventuários da Justiça e aos servidores subordinados a Secretaria de Segurança Pública do Estado (Santa Catarina, 1956)



“amontoado de livros e documentos antigos, depositados no andar térreo do Edifício das Diretorias. A sede é provisória e conta com espaço reduzido para começar a atender a população” (Blasi, 1973, p. 8). Três anos depois uma nova mudança de endereço do Apesc foi acompanhada de perto pela imprensa local, que destacou os principais problemas relacionados à falta de instalações adequadas. *O Estado* chamou a atenção para os “16 anos de penúria” enfrentados pela instituição e noticiou que, mais uma vez, o Arquivo seria transferido, desta vez para um imóvel próprio na Rua Almirante Alvim, n.º 16. Apesar de reconhecido como valioso, o monumental acervo foi descrito como “um amontoado de documentos velhos, estragados, desencapados, consequência dos anos de abandono e de penúria” (Criado, 1976, p. 15). A transferência, supervisionada pela Polícia Militar e realizada com o uso de mão de obra carcerária, embora tenha possibilitado a mudança, aumentou a vulnerabilidade do acervo ao expô-lo a riscos de manuseio inadequado e transporte impróprio. Além disso, o edifício para onde os documentos foram levados não oferecia condições adequadas de conservação, agravando sua vulnerabilidade. Segundo *O Estado*, “o prédio para onde foram transferidos os numerosos volumes, com ajuda de caminhões (da Polícia Militar) e do trabalho de presidiários, não se adapta para essa função” (A Pobreza, 1976, p. 16).

Esse episódio evidencia as condições precárias de armazenamento que já se acumulavam há anos, marcadas pela ausência de controle de umidade, ventilação insuficiente e falta de proteção contra agentes biológicos. Somados ao estado prévio de deterioração, esses fatores fizeram da mudança um marco de descaso institucional. Para além da questão da sede própria, outro problema recorrente, apontado por Wilmar Pacheco, ex-diretor do Apesc, era a ausência de critérios técnicos para o envio de documentos ao Arquivo. Um “vício de longos anos”, como classificou em entrevista ao *O Estado*. Na ocasião, defendeu a criação de uma comissão responsável por avaliar e selecionar os documentos que realmente mereciam ser preservados, alertando que “às vezes documentos são destruídos e depois se revelam históricos, daí a necessidade de critério para decidir o que guardar” (O Arquivo, 1976, p. 16).

“Cada duas mudanças equivalem a um incêndio”, concluiu Santos Verani (1985, p. 10), que dirigiu o Arquivo Público entre 1971 e 1976. Para ele, essa falha institucional inviabilizava a preservação de registros históricos, muitos deles já à beira da deterioração irreversível. A ausência de sede própria, somada à insuficiência de recursos técnicos e financeiros e à sobrecarga da equipe, resultou em lacunas de catalogação, problemas de microfilmagem e métodos inadequados de conservação, comprometendo o acesso às informações de inventário.

As reportagens publicadas pela imprensa local e os relatos dos ex-diretores do Apesc evidenciam que a precariedade estrutural da instituição era um problema persistente desde



1918. Esse cenário mostra um padrão recorrente de soluções temporárias, promessas não concretizadas e sucessivos adiamentos, que colocaram em risco tanto a conservação dos documentos quanto a garantia de acesso à informação e à transparência administrativa. Tal contexto sugere duas reflexões principais. Em primeiro lugar, o ato de arquivar envolve necessariamente decisões sobre o que será lembrado, pois depende do valor atribuído a cada documento, como ressaltou Wilmar Pacheco, em entrevista ao jornal *O Estado* em 1976. Em segundo lugar, essas decisões são influenciadas por aspectos externos ao próprio processo de arquivamento, como as circunstâncias nas quais ocorreram as mudanças de endereço do Arquivo. Entre esses fatores, destacam-se questões climáticas, exemplificadas pelo episódio de uma forte tempestade, em dezembro de 2018, que causou sérios danos ao acervo histórico do Apesc (Dalcin, 2018).

A partir de 1986, a preservação documental avançou com a promulgação da Lei Estadual n.º 6.823, de 3 de julho, que criou os cargos de técnico e auxiliar técnico em restauração e preservação de documentos no Apesc, consolidando uma estrutura institucional voltada à salvaguarda do patrimônio arquivístico. A implementação desses cargos incluiu capacitação técnica e a criação de laboratórios equipados, culminando, em 1990, na inauguração do primeiro Centro de Conservação e Restauração de Documentos do Estado, referência na recuperação de acervos, definição de diretrizes técnicas para órgãos públicos e privados e fomento de parcerias acadêmicas para metodologias inovadoras de restauração.

O avanço prosseguiu em 1994, com a Lei Estadual nº 9.747 (Santa Catarina, 1994), que estabeleceu a proteção obrigatória aos documentos públicos como fontes de prova e instrumentos de pesquisa. Iniciativa que fortaleceu práticas de gestão documental, incluindo prazos de guarda, critérios de avaliação e destinação adequada. A implementação gradual dessas diretrizes exigiu uniformização de procedimentos, capacitação contínua dos servidores e investimentos em infraestrutura, tecnologia e recursos humanos especializados. Como resultado, a primeira Tabela de Temporalidade de Documentos teve sua Portaria nº 1.141 promulgada em 23 de dezembro de 2002, consolidando um marco da gestão documental estadual.

As iniciativas de José Arthur Boiteux e de outros intelectuais republicanos, no início do século XX, sinalizavam o desejo de fundar uma memória pública ilustrada, articulando o conhecimento histórico à administração do Estado. Um ideal que encontrou um ambiente político e institucional frágil. A consolidação do Apesc resultou menos de um projeto contínuo do que de um acúmulo de esforços descontínuos, resistências burocráticas e jogos de poder. O



tempo longo de sua institucionalização permite compreender que o Apesc nasce tardiamente como herança de um projeto de memória interrompido e reconfigurado.

Desde sua criação, o Apesc já mudou de endereço nove vezes. A transferência mais recente ocorreu em 2022, para o bairro Kobrasol, em São José, município vizinho a Florianópolis. Considerando 1898 como a primeira iniciativa de constituição de um arquivo público, são 127 anos de existência sem uma sede própria, com instalações plenamente adequadas às suas demandas institucionais e técnicas. Em 2023, o governo estadual anunciou a cessão de um imóvel pertencente ao Estado, localizado no centro de Florianópolis, destinado a abrigar permanentemente todo o acervo do Arquivo. Atualmente, o Estado mantém o pagamento de aluguel por um imóvel em Morro da Fumaça, destinado à guarda de documentos, além da locação da sede administrativa do Apesc, em São José (Sede, 2023).

No tempo presente, a instituição encontra-se vinculada à Secretaria de Estado e Administração (SEA), órgão responsável pela administração, coordenação e supervisão de sete Diretorias, cada uma delas composta por diversas gerências especializadas que atuam de maneira integrada para garantir a eficiência e a operacionalização dos processos internos. O Apesc está sob a responsabilidade da Diretoria de Arquivo Público (Diap), que integra uma estrutura organizacional composta por quatro gerências, cada uma com funções estratégicas: a Gerência do Arquivo Permanente (Gearp), a Gerência de Gestão Documental (Gedoc), a Gerência do Diário Oficial (Gedof) e a Gerência de Recuperação Documental (Gered).

O acervo do Apesc é composto por documentos em diversos formatos, totalizando cerca de 2.700 metros lineares. Esse volume corresponde a “aproximadamente, 130 mil códices ou 6 milhões de folhas de registros, que estão organizados em mais de 200 conjuntos documentais” (Santa Catarina, 2023). A estruturação desse patrimônio segue rigorosos padrões arquivísticos, baseados na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), o que garante acessibilidade, conservação e recuperação eficiente das informações (Santa Catarina, 2022, p. 2). O processo inclui a classificação dos documentos por tipologia, temporalidade e relevância histórica, facilitando a consulta ao acervo. O Arquivo disponibiliza gratuitamente seu acervo a qualquer interessado, mediante cumprimento das normas de acesso presencial. Parte dos documentos também pode ser consultada digitalmente por meio do projeto *AtoM*¹³, uma plataforma internacional reconhecida por sua funcionalidade como repositório arquivístico e por oferecer uma ferramenta de busca *on-line* eficiente, intuitiva e de alto desempenho.

¹³ O *Sistema de Consulta ao Acervo* utiliza o *software* livre *AtoM*, que significa *Access to Memory* (Acesso à Memória) - Disponível em: <https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/index.php/>



A tecnologia, ao viabilizar a digitalização, a catalogação e a disponibilização *on-line* de acervos, redefine a interação entre pesquisadores e documentos. Assim, o arquivo digitalizado continua a exigir mediação crítica: como afirmou Ricoeur (2007, p. 188), “se um papel de prova pode ser atribuído aos documentos consultados, é porque o historiador chega aos arquivos com perguntas”. O arquivo é lugar físico e social, portanto, não se restringe a um repositório de informações estáticas, mas constitui um espaço dinâmico de diálogo entre passado e presente, no qual as interrogações do pesquisador encontram respostas nos rastros documentais conservados.

No caso do Apesc, essa interação entre pesquisadores e documentos é facilitada pelo *Guia de Fundos* (Santa Catarina, 2024), ferramenta que oferece uma visão geral dos acervos sob sua guarda. Disponível *on-line*, o guia reúne informações sobre a instituição responsável pela produção e acumulação dos documentos, datas-limite dos conjuntos, quantidade de livros, caixas ou pastas, além das séries ou tipos de dossiês que compõem cada inventário. Inclui também um índice de abreviaturas utilizadas na catalogação dos órgãos produtores, o que auxilia na compreensão das siglas e na identificação do material a ser consultado.

A maior parte dos documentos que compõem o Fundo “Escolas/Grupos Escolares” possui um *Índice Geográfico* disponível *on-line*, que orienta a seleção do material a ser pesquisado. Atas e relatórios das associações auxiliares, por exemplo, estão organizados em índices que permitem busca por cidade, escola e tipo de associação. Os jornais escolares, porém, ainda não dispõem desse recurso. O único instrumento existente reúne os volumes por ano, sem permitir busca por cidade, escola ou título. Nessas condições, a equipe do projeto selecionava um volume aleatoriamente (por ano), registrando seu número de identificação para evitar repetições e otimizar futuras consultas. A pesquisa iniciava mediante solicitação formal, via *e-mail*¹⁴, ao setor responsável para agendar visita e requisitar a seleção prévia dos volumes. Durante o exame, utilizaram-se suportes adequados para minimizar a pressão sobre as lombadas dos códices, e o uso de luvas, associado à ausência de canetas e lápis, visava evitar manchas e danos aos documentos. Foram fotografados todos os 207 códices de jornais, agrupados por data, cidade, escola e edição. Para garantir precisão na identificação, registro e quantificação desses periódicos, o acervo foi sistematizado em planilhas *Excel*, vinculando cada título ao ano da edição mais antiga preservada. Essa metodologia permitiu produzir dados estruturados - séries, frequências e regularidades - que subsidiaram a elaboração do catálogo preliminar disponível *on-line* (Silva *et al.*, 2023).

¹⁴ O agendamento e a separação de materiais devem ser solicitados pelo *e-mail*: arqpesquisa@sea.sc.gov.br



Mesmo que preliminar esse catálogo deu à equipe a dimensão da singularidade do acervo sob a guarda do Apesc. Importante informar que ele foi integrado a um dossiê nacional que mapeou acervos da memória da educação em todas as regiões do país, entre 2024 e 2025. O levantamento foi realizado pelo Grupo de Trabalho sobre Patrimônio Educativo (SBHE, Anped, Asphe), sob coordenação das professoras Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp) e Katya Braghini (PUC-SP), e apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com o objetivo de reconhecer esses acervos como parte do patrimônio cultural brasileiro. Recursos do Edital Universal Fapesc n.º 21/2024 vêm sendo utilizados para a construção de um Portal interativo, que reunirá informações detalhadas sobre todos os títulos localizados no projeto. O Portal disponibilizará um guia prático para facilitar a busca por escolas ou jornais de interesse e indicará os arquivos, bibliotecas, museus ou demais instituições que detêm acervos de jornais escolares. Quando houver digitalização pelas próprias instituições, serão fornecidos *links* diretos para cada periódico.

O projeto busca ampliar o acesso e estimular pesquisas que utilizem os jornais escolares como fonte ou objeto de investigação sobre a história da Educação, mas não se limita a essa abordagem. Os jornais preservados permitem analisar as relações entre escola, Estado e sociedade, especialmente no contexto do Estado Novo. A concentração de títulos entre 1941 e 1945 evidencia o impacto da intensificação das ações estatais sobre a Educação em geral e sobre as práticas escolares em particular. No âmbito estadual, reconhece-se que esses materiais podem instigar o interesse de professores e estudantes que desejem conhecer aspectos do passado de suas escolas. Além disso, têm disso estabelecidos diálogos entre o Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH/Faed/Udesc) e o Apesc com o propósito de elaborar um projeto que viabilize recursos para o tratamento técnico desse acervo. A expectativa é garantir financiamento suficiente para organizar e digitalizar integralmente esse conjunto documental, assegurando sua ampla disponibilização ao público.

A sistematização do acervo, articulada ao Portal, poderá facilitar o acesso a esses documentos históricos, reforçando o papel do Apesc na preservação da memória coletiva do Estado. Ao dar visibilidade a esses rastros documentais, reafirma-se a necessidade de políticas públicas de valorização dos arquivos escolares e de fortalecimento dos arquivos públicos como instituições de memória, garantindo diversidade e acesso à informação. Considera-se, aqui, a importância desses documentos como vestígios das culturas escolar, histórica e política das escolas do passado. São memórias arquivadas de práticas vinculadas ao tempo e ao espaço de sua elaboração e que, certamente, podem contribuir para dotar as escolas e as práticas escolares de outros tempos e espaços de inteligibilidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzidos sob a lógica da disciplina, da moral cívica e da nacionalização, os jornais escolares catarinenses, nas décadas de 1930 e 1940, serviram como instrumentos de formação e de controle da cultura escolar. Mas, ao sobreviverem ao tempo, converteram-se em testemunhos de experiências variadas dos sujeitos das escolas do passado. Por meio de mediações simbólicas, essas culturas de escola tornaram-se legados, heranças. No Apesc, configuram-se tanto como memórias arquivadas quanto como materialidades que carregam memórias das escolas e de seus sujeitos. São vestígios de passados projetados e de futuros desejados, nos quais a escola se destaca como espaço de construção de identidades coletivas e de formação cidadã.

Como parte do patrimônio histórico-educativo, esses documentos deslocam o Arquivo do domínio da simples conservação para o da reinterpretação. Ao tornarem possível a inteligibilidade de práticas pedagógicas, discursos cívico-patrióticos e modos de narrar o cotidiano escolar, o acervo dos jornais do Apesc amplia a compreensão da escola como instituição histórica, cultural e política. A permanência desses periódicos inscreve-se também em um movimento mais amplo, pelo qual práticas cotidianas das escolas do passado entrecruzam culturas escolar, política e históricas em diferentes planos. Assim, ao conservar milhares de jornais, o Apesc traz até o presente a materialidade de “restos de escolas” (Escolano Benito, 2017) e os reinscreve como campo de significação e mediação simbólica entre diferentes tempos: da escola, da memória e da história.

Esse conjunto de documentos demonstra que mesmo as práticas escolares mais ordinárias são capazes de gerar registros de valor histórico e afetivo, convertendo-se em fontes privilegiadas para a história da Educação, para a história de projetos políticos e para a análise de acontecimentos que atravessaram as escolas e seus sujeitos. Arquivar essas memórias é mais do que preservar o passado: é reinscrevê-lo no presente como patrimônio histórico-educativo de Santa Catarina. A própria seleção documental envolve dimensões de esquecimento estratégico, indicando, como lembra Ricoeur (2007), que o controle da memória atua não apenas pelo que se recorda, mas também pelo que se omite. O arquivo é, ao mesmo tempo, um lugar de lembrança e de esquecimento, um dispositivo de poder e de legado.

A trajetória institucional do Apesc indica esse entrelaçamento entre poder e fragilidade da memória pública. Desde a promulgação da Lei n.º 328, de 1898, que estabeleceu as bases da gestão documental no Estado, a criação efetiva do Arquivo enfrentou resistências e adiamentos,



concretizando-se apenas na década de 1960. Esse processo mostra o contraste entre o projeto de modernização administrativa e educativa e a precariedade material e política da preservação documental. Mudanças de sede, carências de infraestrutura e danos ambientais marcaram a história do órgão, evidenciando a distância entre o discurso oficial de valorização da memória e a efetiva destinação de recursos para garanti-la. Ainda assim, a própria existência do Apesc e, especialmente, o acervo de jornais escolares, comprova a persistência de um desejo de memória, de pertencimentos, mesmo em meio a esquecimentos institucionais.

O Apesc emerge, assim, como espaço social de negociação de significados e de construção de narrativas históricas, onde se inscrevem tanto as potencialidades quanto as fragilidades das políticas de memória. Os jornais escolares preservados exemplificam essa dupla dimensão. De um lado, indicam o papel do Estado na preservação de documentos que permitem pesquisas sobre práticas educativas, culturais e políticas do passado; de outro, expõem a vulnerabilidade das instituições encarregadas de gerir a memória pública. A sistematização desses periódicos em catálogos e bases digitais reforça a importância de investimentos contínuos em infraestrutura, tecnologia e formação técnica, de modo que o arquivo ultrapasse as funções burocráticas e se consolide como espaço social, que possa ser “remédio” para a memória coletiva. Um lugar em que o poder de arquivar, o desejo de preservar e a necessidade de narrar o passado se entrecruzam, reafirmando que a história, como a memória, é sempre um campo de disputas e de reinterpretações.

“Antes do arquivo consultado, constituído, há o arquivamento”, lembra Ricoeur (2007, p. 176). Estudantes e professores do passado envolveram-se na produção de jornais em suas respectivas escolas, nas diferentes regiões do Estado. Escreveram notas sobre seu cotidiano, sobre as festas cívicas, heróis nacionais etc. Descreveram suas aulas, professores, salas e passeios. Os destinatários eram eles mesmos, seus pais, sua comunidade, mas, principalmente inspetores e dirigentes do Departamento de Educação. Essas narrativas, que condensam processos de ouvir, de dizer e de tornar a contar foram reunidas em jornais manuscritos em folhas de papel almaço, folhas de caderno, folhas de ofício ou então datilografadas ou impressas. Enviados ao Departamento de Educação, ingressaram na memória pública. Alguém – certamente com o apoio de um grupo - os revestiu de importância, se apossou daquele passado. Talvez tenham considerado ali “seu passado”, dada a forte relação entre o Arquivo e a Educação estabelecida desde 1898. Desse gesto emerge a ideia de legado coletivo, pois apenas o “meu passado” é importante o suficiente para ser preservado, já chamou a atenção David Lowenthal (2015), sobre os fardos e benefícios do passado. Percebidos como legado, um passado integrante do senso de identidade catarinense, os jornais foram selecionados,



guardados, depositados em algumas das salas do Palácio do Governo e, partir de 1960, delegados ao Apesc. Neste Arquivo foram preservados. Possivelmente, muitos também se perderam, seja por escolhas institucionais, seja por danos acumulados em mudanças de endereço, intempéries ou acidentes. Enfim, sanhas do tempo.

REFERÊNCIAS

A ABELHA. Órgão infantil da Escola Mista Estadual Isolada de Lagoa do Sul, Canoinhas, n.2 abr. 1941. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). Fundo “Escolas/Grupos Escolares”.

A POBREZA deste arquivo público. **O Estado**, Florianópolis, ano 62, n. 18.459, 19 ago. 1976, p. 16. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1976/EST197618459.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

AREÃO, João dos Santos. **Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Florianópolis, 1º trimestre de 1937 [10 de abr. de 1937]. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc).

BASTOS, Maria Helena Camara. Impressos e cultura escolar. Percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria (Coord.). **La prensa de los escolares y estudiantes**. Su contribución al patrimonio histórico educativo. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2015, p. 21-43.

BLASI quer arquivo num bom lugar. **O Estado**, Florianópolis, ano 58, n. 17.093, 11 jan.1973, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1973/EST197317093.pdf>. Acesso em: 31 out. 2024.

CAMPOS, Cynthia Machado. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 149-151.

CARTA DE NATAL sobre o Patrimônio Educativo. **Grupo de Trabalho sobre o Patrimônio Educativo** (SBHE, ANPED, ASPHE), 14 de agosto de 2024. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/gt-02-i-carta-de-natal-rn-sobre-o-patrimonio-educativo/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

CASASANTA, Guerino. **Jornais escolares**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1939.

CHEREM, Dib. Ilegal o Projeto que cria o Arquivo Público. **O Estado**, Florianópolis, ano 46, n. 13765, 11 dez. 1959, p. 2; p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1959/EST195913765.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.



CHIOSSO, Giorgio. A imprensa pedagógica e escolar na Itália entre o século XIX e XX. **História da Educação**, Santa Maria, v. 23, e84270, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592019000100314&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2025.

CRIADO há 16 anos, o Arquivo Público ganha mais uma sede provisória. **O Estado**, Florianópolis, ano 62, n. 18.316, 13 mar. 1976, p. 15. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1976/EST197618316.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SILVA, Cristiani Bereta da. Jornais escolares: arautos de ensinamentos patrióticos e pacifistas (Santa Catarina/Brasil/1940–1960). **Sarmiento: Anuario Galego de Historia da Educación**, Vigo, v. 24, p. 71–90, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2183/28165>. Acesso em: 13 out. 2025.

DALCIN, Cristiano Rigo. **Prejuízo no Arquivo Público de SC é incalculável, de acordo com arquivista voluntário**. Ndmais, Florianópolis, 21 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/prejuizo-no-arquivo-publico-de-sc-e-incalculavel-de-acordo-com-arquivista-voluntario/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Tradução e revisão técnica de Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Lucia Gaspar da Silva. Campinas/SP: Editora Alínea, 2017.

FALCÃO, Luiz Felipe. A guerra interna (integralismo, nazismo e nacionalização). In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004, p. 167-198.

FREINET, Celestin. **O Jornal Escolar**. Tradução de Filomena Quadros Branco. Lisboa: Editorial Estampa, 1974.

GOMES, Ângela de Castro. José Veríssimo e a Educação Nacional: história pátria e cultura política republicana. In: CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO Jr. Raimundo Barroso (Org.). **Cultura Histórica e Historiografia**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, p. 147-157.

GONÇALVES, Janice. **Sombrios umbrais a transpor**: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX. 444 fl. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Impresso estudantil e cultura Escolar no Piauí: análise do jornal “A Mocidade Piauiense”. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.7, p. 32- 47, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/2477>. Acesso em: 05 ago. 2025.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country - Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

MARTINELLI, Laís Pacífico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A produção periódica estudantil oitocentista. **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 59, n. 60, 2021. Disponível



em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/25671>. Acesso em: 26 ago. 2025.

MARTINS, Cintia Gonçalves; RABELO, Giani. Jornal Escolar na concepção de Célestin Freinet: diálogos com a legislação educacional catarinense - 1940. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, e21640, jan. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100514&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 14 out. 2025.

MEDIDAS sábias. **O Camponês**, Urussanga, ano 1, n. 27, 21 maio 1933, p. 1. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/ocamponez/1932/CPZ1932027.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

NOSSO JORNAL. Órgão dos Alunos do Curso Primário e Complementar do Grupo Escolar Modelo Pedro II, Blumenau, agosto de 1949. Acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (Apesc). Fundo “Escolas/Grupos Escolares”.

O ARQUIVO público começa a ser organizado. **O Estado**, Florianópolis, ano 62, n. 18.503, 3 out. 1976, p. 16. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/134745>. Acesso em: 20 out. 2025.

O PROBLEMA da educação estética. Seção Educação. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n.230, 27 jan. 1931, p. 7. Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/093718_01/3622. Acesso em: 26 ago. 2025.

OTTO, Franciele. **As associações auxiliares da escola e a forma de transmissão das dimensões valorativas e moral da sociedade catarinense: o caso das “Ligas de bondade” (1935-1950)**. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

OPOSIÇÃO Modifica Lei do Arquivo Público. **O Estado**, Florianópolis, ano 47, n. 13928, 24 jun. 1960, p. 8. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/oestadofpolis/1960/EST196013928.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

PIAZZA, Walter Fernando. Archivo Catharinense: um ideal proposto. **Ágora: Arquivologia em Debate**, 6(12), 5–12. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/92>. Acesso em: 20 out. 2025.

RACINE, Karen. Newsboys: spanish american patriot children and ‘The Hazelwood Magazine’ in Birmingham, England, 1820s. **Estudos Ibero-Americanos**, [S. l.], v. 46, n. 2, p. e35358, 2020. Disponível em: <https://pucrs.emnuvens.com.br/iberoamericana/article/view/35358>. Acesso em: 26 ago. 2025.

RAMOS, Nereu. **Relatório** (exercício de 1941). Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina presidência da República. Outubro de 1942. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1942.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.



RODRIGUES. Cibele de Souza. **O Porvir, jornal literário e recreativo**: propriedade de uma associação de estudantes do Atheneu Sergipense (1874). 2016. 104 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe: São Cristóvão, 2016.

SANTA CATARINA. Decreto n.2.991, de 28 de abril de 1944. Circular n.42, Florianópolis, 10 de maio de 1944. In: **Circulares de 1943 e 1944**. Departamento de Educação. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1945. Acervo IDCH/FAED/UDESC, Coleção Elpídio Barbosa.

SANTA CATARINA. Decreto n.º 349, de 10 de maio de 1933. Assunto: Extingue o Arquivo Público de Santa Catarina. **República**. Florianópolis, 11 de maio de 1933, Folha Oficial Governo do Estado, 07. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/republica/1933/REP1933770.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SANTA CATARINA. Decreto nº 186, de 28 de dezembro de 1931. Cria o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Coleção de Decretos, Resoluções e Portarias de 1931**. Florianópolis: Gabinete Tipográfico, 1932.

SANTA CATARINA. **Lei nº 1.634, de 20 de dezembro de 1956**. Atualiza as custas e os emolumentos dos Serventuários da Justiça e servidores subordinados a Secretaria da Segurança Pública do Estado. Disponível em: https://leis.alesec.sc.gov.br/html/1956/1634_1956_Lei.html

SANTA CATARINA. **Lei nº 2.378, de 27 de junho de 1960**. Cria o Arquivo Público de Santa Catarina. Disponível em: https://leis.alesec.sc.gov.br/html/1960/2378_1960_Lei.html

SANTA CATARINA. Lei nº 328, de 23 de setembro de 1898. Cria a Secretaria do Interior e da Justiça e a Secretaria de Obras Públicas e Finanças. **Coleção de Leis, Decretos e Resoluções de 1898**. Florianópolis: Oficina da Imprensa Oficial, 1899.

SANTA CATARINA. **Lei nº 9.747, de 26 de novembro de 1994**. Dispõe sobre a avaliação e destinação dos documentos da Administração Pública Estadual. Disponível em: https://leis.alesec.sc.gov.br/html/1994/9747_1994_lei.html

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. **Guia de Fundos/Conjuntos Documentais do Apesc**. É um instrumento de pesquisa que fornece informações básicas sobre o acervo documental sob sua guarda, 2024. Disponível em: https://acervo.arquivopublico.sc.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-de-santa-catarina/7/0/5/705f04ff1cc873f56e08c854c09ccd04c52d41c1498d7f37765696b623a77f6/GUIA_DE_FUNDOS_abril-2024.pdf

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. **Portaria nº 1.141, de 23 de dezembro de 2022**. Determina o uso do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade de Documentos. Disponível em: <https://www.sea.sc.gov.br/arquivo-publico/sgdpo/pcd-e-tabela-de-temporalidade-area-meio/>

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. **Sobre a Diretoria. Informações sobre o Inventário Total do Arquivo Público do Estrado de Santa Catarina**, 2023. Disponível em: <https://www.sea.sc.gov.br/arquivo-publico/>



SEDE do Arquivo Público do Estado será no centro da capital. **Rede Catarinense de Notícias**, Florianópolis, 03 jul. 2023. Disponível em: [https://www.rcnonline.com.br/sede_do_arquivo_publico_do_estado_sera_no_centro_da_capital.526914/#:~:text=Pr%C3%A9dio%20fica%20ao%20lado%20da%20catedral%20metropolitana,\(Apesc\)%2C%20comemorado%20no%20C3%BAltimo%20dia%2028%20de](https://www.rcnonline.com.br/sede_do_arquivo_publico_do_estado_sera_no_centro_da_capital.526914/#:~:text=Pr%C3%A9dio%20fica%20ao%20lado%20da%20catedral%20metropolitana,(Apesc)%2C%20comemorado%20no%20C3%BAltimo%20dia%2028%20de). Acesso em: 20 out. 2025.

SILVA, Cristiani Bereta da (org.). **Educar para a nação**: cultura política, nacionalização e ensino de história nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014.

SILVA, Cristiani Bereta da. Patrimônio Educativo. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.) **Dicionário Temático de Patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas/SP, Editora UNICAMP, 2020, p. 205-209.

SILVA, Cristiani Bereta da. Jornal escolar como lugar de entrecruzamentos de práticas, memórias e culturas (Santa Catarina, década de 1940). **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Brasil, n. 45, p. 151–181, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/14660>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SILVA, Cristiani Bereta da et al. **Catálogo dos jornais escolares catarinenses**. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://jornaiscolarescatarinenses.webnode.page/catalogo/>. Acesso em 26 abr. 2024.

SILVA, Cristiani Bereta da; VIEIRA, Vitor Marcelo. Jornal escolar *O Girafinha* como vestígio de culturas de escola e de memórias (Maravilha/SC - Décadas de 1970-1980). **História da Educação**, v. 28, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/133348>. Acesso em: 13 out. 2025.

VERANI, Santos. O Arquivo de meados de 1971 a meados de 1976. **Ágora**: Arquivologia em Debate, v. 1, n.1, p. 10 – 13. 1985. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/16>. Acesso em: 14 nov. 2024.

WOLFF, Juçara Nair; FRÜHAUF, Luciano Von. Memória, história e cidadania: a trajetória do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. **Revista Confluências Culturais**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 74–85, 2022. Disponível em: <https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/1721>. Acesso em: 22 nov. 2025.

Recebido em: 22 de outubro de 2025.
Aceito em: 17 de novembro de 2025.